



## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais - R\$)

## 12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 34 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2012) é relacionado a estimativa de perda provável reclamações trabalhistas em que há pleito de verbas rescisórias e horas extras. A Companhia ainda é parte em reclamações trabalhistas em que a avaliação de assessores jurídicos indica perda possível, com valor estimado de R\$ 1.311 (R\$ 119 em 31 de dezembro de 2012).

## 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**13.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2013 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 29.064, representados por 29.064.000 ações ordinárias nominativas. **13.2. Composição acionária:**

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
<b>Acionistas</b>				
Alupar Investimentos S.A.	29.063.999	100,00	29.063.999	100,00
Membros do Conselho de Administração	1	-	1	-
<b>Total das ações</b>	<b>29.064.000</b>	<b>100,00</b>	<b>29.064.000</b>	<b>100,00</b>

## 13.3. Reserva legal e destinação do resultado:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Destinação do resultado</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>6.884</b>	<b>5.273</b>
Constituição de reserva legal (5%)	(344)	(264)
<b>Subtotal</b>	<b>6.540</b>	<b>5.009</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.635)	(1.252)
Dividendos adicionais propostos	(2.417)	-
Reserva de lucros	(2.488)	(3.757)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Receita operacional bruta</b>		
Receita de transmissão de energia	2.362	2.361
Remuneração do ativo de concessão	10.095	8.648
Receita de infraestrutura	77	142
<b>Total - Receita operacional bruta</b>	<b>12.534</b>	<b>11.151</b>
<b>Tributos sobre a receita operacional bruta</b>		
Programa de Integração Social - PIS	(78)	(75)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(358)	(346)
	<b>(436)</b>	<b>(421)</b>
<b>Encargos regulamentares da concessão</b>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(298)	(289)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(45)	(43)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(45)	(43)
Ministério de minas e energia - MME	(22)	(21)
	<b>(410)</b>	<b>(396)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>11.688</b>	<b>10.334</b>

## O Conselho de Administração

## 15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	254	349
Descontos obtidos	2	-
Atualização monetária - Impostos a recuperar	-	109
<b>Total</b>	<b>256</b>	<b>458</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(2.190)	(2.630)
Atualização monetária	(26)	-
Despesas bancárias	(29)	-
Outros	(1)	(1)
<b>Total</b>	<b>(2.246)</b>	<b>(2.631)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(1.990)</b>	<b>(2.173)</b>

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apura o regime de imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
Correntes	(278)	(152)	(321)	(165)
Diferidos	(31)	(27)	(34)	(12)
<b>Total</b>	<b>(309)</b>	<b>(179)</b>	<b>(355)</b>	<b>(177)</b>
<b>b) Tributos correntes:</b>				
Receita de transmissão	11.929	11.929	11.522	11.522
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Receita de transmissão ajustado	953	1.431	922	1.383
Receita financeira	256	256	458	458
	1.209	1.687	1.380	1.841
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
<b>Total dos tributos correntes</b>	<b>(278)</b>	<b>(152)</b>	<b>(321)</b>	<b>(165)</b>
<b>c) Tributos diferidos:</b>				
<b>ICPC 01 - imposto diferido (vide nota nº 10)</b>	<b>(31)</b>	<b>(27)</b>	<b>(34)</b>	<b>(12)</b>
<b>d) Alíquota efetiva:</b>				
Resultado antes dos tributos	7.372	7.372	5.805	5.805
Despesa com tributos	309	179	355	177
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>4,2%</b>	<b>2,4%</b>	<b>6,1%</b>	<b>3,0%</b>

## 17. PARTES RELACIONADAS

**17.1. Garantias:** A Alupar Investimento S.A. é prestadora de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações, nos contratos de financiamento celebrados entre a Companhia e o BNDES, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11. **17.2. Remuneração da alta administração:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e

2012, a remuneração da alta administração foi conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo (a)	(131)	(124)
<b>Total</b>	<b>(131)</b>	<b>(124)</b>

a) Incluem ordenados, salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros, e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para a alta administração.

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**18.1. Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** 18.1.1. **Risco de crédito:** Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes do contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. a) Contas a receber de concessionárias e permissionárias: A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica. 18.1.2. **Risco de liquidez:** A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez. 18.1.3. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia e sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. 18.1.4. **Risco de preço:** As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme cláusulas previstas no contrato de concessão reajustadas anualmente, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. **18.2. Hierarquia do valor justo:** Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve transferência de avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro da concessão. **18.3. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores: devido aos valores contábeis desses instrumentos financeiros, aproximarem-se de seus valores justos, os mesmos são demonstrados com valores equivalentes. Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar): (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas. **18.4. Gestão de capital:** Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora

permanentemente os níveis de endividamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos (Líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(3.914)	(3.922)
Não circulante	(27.572)	(31.403)
Dívida total	(31.486)	(35.325)
Caixa e equivalentes de caixa	1.977	520
Investimentos de curto prazo	-	1.258
Títulos e valores mobiliários - não circulante	2.034	1.838
Dívida líquida	(27.475)	(31.709)
Patrimônio líquido	56.920	51.671
<b>Dívida líquida/Patrimônio líquido</b>	<b>48,3%</b>	<b>61,4%</b>

**18.5. Informações sobre liquidez:** A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

## 19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vales refeições.

## 20. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2013 a cobertura de seguros estabelecido pela Administração da Companhia, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada R\$ mil
	de	até	
Riscos operacionais	12/08/13	04/07/14	2.500
Responsabilidade civil	14/05/13	14/05/14	5.405
<b>Total</b>			<b>7.905</b>

## 21. MEDIDA PROVISÓRIA 627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº.1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia preparou um estudo dos efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 [se esse for o caso da empresa sendo auditada], baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

## A Diretoria

**Contadora:** Lucilene Maria do Carmo Silva - CRCSP 289421/O-1

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES** - São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação de apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente

se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de

Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-1SP214160/O-5 - S - SP

**Luiz Carlos Passeti**  
Ritor - CRC-1SP14434/O-3-S-SP  
**Rita de C. S. de Freitas**  
Contadora - CRC-2SP015199/O-6